

Em Tempo, 23 de março de 1989

CHILE 1970-1973

A HISTÓRIA DE UMA ILUSÃO

JUAREZ GUIMARÃES

A reconstituição dos fatos, dos desafios e dos grandes debates estratégicos que UE marcaram a experiência da Unidade Popular.

Há fortes razões para lembrar, estudar e debater a experiência da Unidade Popular chilena.

Ela foi marcada por um campo de problemas estratégicos que têm profunda semelhança com os desafios que hoje o PT enfrenta. Desafios que se relacionam com o tema central: como integrar o avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês – parlamento, prefeituras, governos estadual e federal – numa estratégia revolucionária de massas de luta pelo socialismo?

O destino trágico do governo Allende – o assassinato de 20 a 30 mil militantes e a supressão brutal das tradições organizativas e conquistas de um dos setores mais combativos do proletariado latino-americano impõe logicamente que prevaleça uma visão crítica da experiência da Unidade Popular.

O erro central que os companheiros chilenos cometeram foi o de ter ilusões em relação ao Estado burguês, o de supor que seria possível hegemônizá-lo por dentro e utilizá-lo plenamente para a construção do socialismo. O de sonhar que seria possível vencer o domínio burguês através da via pacífica, driblando o momento de uma confrontação.

Apesar das ilusões que predominavam na maioria da direção da Unidade Popular, esta experiência foi um dos momentos mais altos da radicalização do movimento popular na América Latina. A experiência da Unidade Popular é uma fonte inesgotável de exemplos, ideias e ensinamentos.

INDUSTRIALIZADO E DEPENDENTE

O Chile em 1970 era um país relativamente industrializado e predominantemente urbano. A ocupação na agricultura representava apenas 22% do total e a participação da agricultura no produto total alcançava apenas 8,7%.

O setor da indústria e construção participava em 1970 com 24,7% do emprego e contribuía com 28,6% do produto nacional. No Chile não havia como no Brasil um parque industrial mais moderno e de grandes unidades.

O setor de serviços ocupava 48% da população economicamente ativa. Daí o grande peso político e social da pequena burguesia urbana e dos assalariados deste setor nos rumos do país.

A economia chilena era profundamente dependente do exterior: 80% da receita do comércio externo vinha da exportação do cobre, em sua maior parte para os EUA; 50% das indústrias eram controladas pelo capital estrangeiro; a dívida externa em 1970 equivalia a três anos de exportação; o país importava um terço de seu consumo agrícola. O imperialismo saberia tirar proveito de cada um destes pontos vulneráveis para desestabilizar o governo Allende.

O campo chileno era dominado pelos latifúndios: 1,3% das explorações controlavam 72,7% da superfície agrícola. A

luta contra esta absurda concentração fundiária seria um dos principais fatores de mobilização popular no Chile.

TRADIÇÃO CONSTITUCIONAL

Outra característica marcante do Chile seria a sua tradição constitucional, o fato de que, ao contrário da maioria dos países da América Latina, o regime republicano não ter sido seguidamente golpeado ao longo da história. Com exceção de um breve período nas décadas de 1920 e 1930, houve uma constituição de 1938 a 1973.

A constituição em vigor quando Allende subiu ao governo era, em grandes linhas, a promulgada em 1925. A influência precoce do socialismo e do populismo nas Forças Armadas, havia levado as classes dominantes chilenas a optarem por profissionalizá-la, mantendo-a à parte da vida política do país.

Esta tradição constitucional teria um enorme peso na disseminação de ilusões na vanguarda da Unidade Popular, em seu projeto de uma via chilena pacífica para o socialismo. E dificultaria, por outro lado, a armação de um golpe militar: apenas no terceiro ano e após vários fracassos, as classes dominantes chilenas conseguiram a adesão plena das Forças Armadas ao golpe.

Ao contrário do Brasil, os partidos burgueses no Chile tinham uma estrutura e continuidade. O Partido Nacional, de direita e organicamente burguês, seria um dos centros de articulação do golpe.

O Partido Democrata Cristão, fundado em 1957, tinha vasta influência nos setores médios e também em setores populares e havia chegado ao governo, com uma plataforma desenvolvimentista, em 1964 com Eduardo Frei. Era um partido com base social pluriclassista: dominava 26% da CUT. Ocupava 40% do Congresso nacional, polarizava 30% do eleitorado e hegemonizava cinco das oito universidades chilenas. Durante o processo, o PDC seria crescentemente dominado por seus setores de direita.

PC, PS E MIR

Ao contrário do Brasil e da Argentina, o populismo nunca conseguiu estabilizar uma influência importante no movimento operário chileno.

O PC chileno datava da fundação da III Internacional e passaria, na lógica da estalinização que viveu a Internacional, por consolidar um perfil reformista, centrado na idéia de revolução por etapas, na aliança prioritária com setores progressistas da burguesia. Em 1970, possuía 21 deputados e cinco senadores no Congresso; era o partido majoritário na CUT (31%) e ocupava a sua presidência.

O PS chileno não pode ser equiparado à social-democracia. Apesar de haver uma distancia importante entre o seu programa e sua realidade partidária, ele tinha em geral posições a esquerda do PC. Era um partido bastante heterogêneo: prevaleciam no interior do partido as posições à esquerda, mas o setor de Allende mais reformista tinha seu peso naturalmente aumentado.

O Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) teve origem em 1965, polarizado pelo ideário da revolução cubana e ela alternativa guerrilhista. Com cerca de 3000 militantes, com pequeníssimo peso no movimento sindical e sem expressão parlamentar em nível federal, o MIR concentrava o seu trabalho nos bairros, no campo e no movimento estudantil. Estava fora da Unidade Popular.

O DESAFIO DA UNIDADE

A eleição de Allende em setembro de 1970 ocorreu após longos anos de ascenso do movimento operário e popular no Chile, iniciado a partir da dinâmica unitária com a fundação da CUT e a apresentação de candidaturas comuns pelo PT e PS nas eleições presidenciais de 1958 e 1964. De 1964 a 1970, o número de sindicalizados nas cidades mais do que dobrou. O número de grevistas aumentou de 356 mil em 1964 a 502 mil em 1970.

A frente de partidos e correntes que tomou o nome de Unidade Popular surge no interior deste processo de ascendo de 1969, com a atração do pequeno Partido radical (social-democrata e que explodiria em troes nos anos seguintes) e o Movimento de Ação Popular Unitária (pequena dissidência da juventude da Democracia Cristã). Nasce ascentada em três documentos: um programa básico de governo popular, um pacto de unidade e um acordo sobre a conduta e o estilo da campanha.

Mas o problema de uma hegemonia política na vanguarda e da unidade partidária se tornaria cada vez mais grave à medida da radicalização da luta de classes. Os mais de dez mil comitês unitários de base da Unidade Popular formadas na campanha que elegeu Allende foram dissolvidos após a posse. Cada partido ou corrente conservou suas estruturas próprias. Um esforço para formar uma estrutura unitária da UP em 1972 já esbarrou nas posições muito diferentes do PC e da maioria do PS.

Esta é provavelmente a maior vantagem de que dispomos hoje no Brasil: a possibilidade de que uma hegemonia revolucionária, unitária e democrática se firme no PT antes dos momentos mais decisivos.

O DEBATE ESTRATÉGICO NA EXPERIÊNCIA CHILENA

A relação com a legalidade, a construção do poder popular, o desafio da economia, a controvérsia das alianças e a candente questão militar: cinco temas no grande debate sobre a construção do socialismo no Chile.

Podemos delinear três grandes linhas estratégicas no campo do movimento operário-popular chileno.

A primeira delas – que veio a prevalecer no interior da Unidade Popular – é a estratégia da via pacífica para a construção do socialismo. O deslocamento do poder burguês se daria por via institucional, apoiado na força de massas da Unidade Popular. Era a estratégia defendida por um setor do PS (inclusive e sobretudo por Allende), pelo PC e pelo Partido Radical.

A partir do objetivo de evitar a todo custo um enfrentamento com as classes dominantes ou uma crise institucional, este setor acabou imprimindo ao governo Allende uma dinâmica que significava de fato uma viragem à direita em relação ao programa original da Unidade Popular.

A segunda estratégia – que prevalecia no interior do PS e cuja máxima expressão era o Secretário-geral Carlos Altamirano – era a da criação da dualidade de poder no interior do Estado. Prevendo a inevitabilidade de uma confrontação, este setor defendia a idéia de um poder popular nascido da soma dos organismos de massa com a ocupação de posições na institucionalidade. A sua maior fraqueza foi a de não definir com clareza o centro da gravidade da acumulação de forças nos órgãos de massa, tendendo a subordinar estes órgãos à dinâmica do governo Allende.

A terceira estratégia – defendida pelo Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) – era da guerra popular prolongada. Não era concepção ingenuamente foquista: combinava um certo trabalho de enraizamento partidários nos bairros populares, na juventude com a preparação de condições para desencadear a guerrilha no campo. Fora do centro do movimento operário, fora da Unidade Popular, trabalhando com uma hipótese estratégica central inadequada ao contexto político e social do Chile, o MIR não conseguiria criar uma alternativa à esquerda dos setores reformistas prevalescentes no interior da Unidade Popular.

A RELAÇÃO COM O ESTADO BURGUÊS

O programa da Unidade Popular, aprovado em 17 de dezembro de 1969, afirmava: (...) “Através de um processo de democratização em todos os níveis e de uma mobilização organizada das massas se construirá desde a base a nova estrutura do poder”.

“Uma nova constituição política institucionalizará a incorporação massiva do povo ao poder estatal. Será criada uma

organização única do Estado estruturada em nível nacional, regional e local, que terá a Assembléia do Povo como órgão superior do poder”. A Assembleia do Povo será a Câmara única que expressará nacionalmente a soberania popular... Este sistema permitirá suprimir pela raiz os vícios de que infestaram o Chile tanto o presidencialismo ditatorial como o parlamentarismo corrompido.

Este programa democrático, radical, no entanto, ficaria no papel. Em abril de 1971, no auge da popularidade e expressão eleitoral da Unidade Popular, o PS proporia a realização de um referendo constitucional sobre a reorganização do Estado, de modo a quebrar o cerco que o Legislativo já fazia ao governo Allende. A proposta, no entanto, não seria adotada.

Ao não por em movimento uma luta aberta e de massas contra as estruturas do estado burguês, a Unidade Popular se impôs de antemão a derrota no processo de construção de uma hegemonia no campo democrático. Passou a incômoda e insolúvel posição de defender a legalidade burguesa, crescentemente contestada pela própria burguesia. Esta limitação da Unidade Popular no campo democrático semeou a contradição em todos os campos de sua atividade.

O PROBLEMA DO PODER POPULAR

O ascenso do movimento popular chileno levou à criação de inúmeras formas de auto-organização que, no entanto, não conseguiram se centralizar e constituir a estrutura de um poder popular, alternativa ao Estado burguês.

A primeira experiência de auto-organização importante foram os 14 a 15 mil comitês de base da Unidade Popular, formados durante a campanha eleitoral. Após as eleições, eles tenderam a se esvaziar, voltando os militantes ao leito de seus respectivos partidos.

O número de sindicatos agrícolas passou de 24 em 1964 a 580 em 1980; o número de filiados no campo elevou-se de 1.658 a 143.142 nos mesmos anos. Além disso, os sindicatos

pressionavam para que se ampliasse a reforma agrária mediante as “tomadas” de terras, que de 9 em 1967 chegaram a alcançar 332 em 1970. Com o avanço da reforma agrária, formaram-se os conselhos comunais camponeses destinados a organizar a produção das novas terras.

A radicalização do movimento operário urbano se manifestou principalmente nas greves de ocupação e de expropriação de fábricas em reação ao boicote e lock-out.

Para impulsionar as nacionalizações na indústria, a Unidade Popular utilizou, em grande medida, o decreto-lei 520, de 30 de agosto de 1932, que permitia em determinadas circunstâncias a requisição ou a intervenção em empresas industriais. A causa mais relevante prevista para a intervenção era a cessação das atividades próprias da indústria. Assim, uma greve com ocupação de fábrica e a demanda de estatização proposta pela maioria absoluta de trabalhadores proporcionavam o pretexto legal para a intervenção ou requisição da empresa.

O impulso na base do movimento operário levou a que o processo de nacionalizações ultrapassasse em muito as 90 previstas pelo governo Allende. Após a greve geral em reação ao frustrado golpe militar de 29 de junho de 1973, estimava-se que o Estado já controlava em torno de 300 empresas.

As Juntas de Abastecimento e Preço (JAPs), formadas por iniciativa do governo Allende, compunham-se de comitês populares de bairros e voltavam-se para o esforço de distribuição de víveres e de controle de preços. A partir do final da crise de outubro de 1972, quando o governo Allende diminuiu a pressão sobre os empresários do comércio, as JAPs foram perdendo o seu dinamismo.

Os comandos comunales eram as estruturas privilegiadas pelo MIR e agrupavam vários organismos: sindicatos, juntas de abastecimento, associações de moradores etc. De caráter local, funcionavam como uma coordenadora de organismos populares.

Os chamados cordões industriais surgiram na experiência de greve geral e ocupação de fábricas e outubro de 1972. Promovidos inicialmente pelo MIR e outros grupos de esquer-

da, os cordões industriais tiveram o apoio do Partido Socialista, do MAPU que viam neles embriões do poder popular. Até o PC teve que se acomodar a estes órgãos, mas pressionando para que eles fossem subordinados à CUT e tivessem um caráter estritamente sindical.

Todos estes organismos populares, estas formas de auto-organização que ultrapassaram o caráter corporativo, em maior ou menor medida formavam de fato embriões do poder popular. No entanto, apenas em algumas regiões, como em Concepcion, ou em alguns poucos momentos eles chegaram a se unificar. O limite para isso era exatamente a política prevalente na Unidade Popular de subordiná-los à institucionalidade burguesa.

O DESAFIO DA ECONOMIA

A Unidade popular chegou ao governo do Chile em meio a um Período de recessão da economia. Havia capacidade ociosa na indústria de cerca de 40%, estoques de bens finais e intermediários e disponibilidade de reservas de divisas. Através da elevação dos salários e do aumento da despesa pública em 1971 de mais de 43%, o governo Allende, alcançou no primeiro ano de governo, 8,35 de crescimento do PIB (14,2% de crescimento industrial). Já neste primeiro ano, porém, começaram a se manifestar fenômenos de mercado negro e de fuga de capitais.

O Estado chileno, tradicionalmente bastante interventor na economia, detinha o controle quase pleno da indústria de base, da indústria de bens intermediários, mas tinha uma fraca participação na indústria de bens de consumo. Ao fim de 1972, tinha o controle de 96% dos depósitos bancários, embora a burguesia tenha sempre impedido a criação de um banco nacional.

Foi no contexto de já muita turbulência, em meados de 1972, que se travou o grande debate sobre economia nas fileiras da Unidade Popular.

O ministro do PS, Pedro Buscovic, coerente com uma linha de radicalização política, propunha a ampliação do setor da economia sob controle social, a imposição de maiores tributos à burguesia, o uso dirigido de uma política de preços penalizando os setores monopolistas e a suspensão do pagamento da dívida externa.

Orlando Millas (economista do PC) e Carlos Matus (da ala moderada do PS) propunham a rígida demarcação e limitação do processo de nacionalização e uma série de medidas voltadas para restabelecer a confiança da burguesia e a retomada dos investimentos paralisados.

Foi esta segunda linha que acabou prevalecendo no interior da Unidade Popular e que se revelou impotente diante do quadro agudo de luta de classes no Chile.

A experiência da Unidade Popular mostra que, apesar das enormes possibilidades de utilização das instituições burguesas para atacar o grande capital na prática, é inteiramente impossível uma planificação não-capitalista antes de destruição do Estado burguês. Mostra também as dificuldades de se conseguir aplicar uma política coerente de elevação do consumo das massas em um momento em que os capitalistas detêm ainda o controle dos investimentos em setores estratégicos.

A CONTROVÉRSIA DAS ALIANÇAS

Os PCs centraram o balanço da experiência da Unidade Popular na crítica ao “esquerdismo” e, principalmente, na insistência sobre a necessidade de uma aliança com a Democracia Cristã.

O debate é longamente abordado no livro *Dia;ética* de uma derrota, de Carlos Altamirano. O livro mostra uma a uma todas as tentativas frustradas de acordos parciais ou pontuais feitas com a DC desde o final de 1971. E mostra como corpo político da DC – em particular, a sua direção – era visceralmente golpista.

Em abril de 1975, quando o caráter fascista do governo Pinochet era já evidente, o presidente da DC, Patricio Aylwin,

formulou ao plenário do partido uma consulta sobre as alternativas de ação frente à ditadura Pinochet. Apenas 3,03% manifestaram-se a favor de um entendimento com o PC e o PS.

Assim, tudo indica que a ideia de uma aliança com a DC, em seu conjunto e com seu corpo dirigente, não passava de mais uma ilusão disseminada pelo PC.

Reconhecendo a crítica de Altramirano, o problema resta ainda por ser resolvido. De fato, a Unidade Popular não conseguiu ao longo dos três anos aumentar a sua influência eleitoral nos setores médios (ela se manteve estável em torno de um terço). E pior: a DC conseguiu mudar o seu perfil – de um desenvolvimento levemente reformista para um viés antipopular e golpista – sem perder bases sociais.

A principal razão deste fracasso da Unidade Popular em constituir uma hegemonia em setores mais amplos das classes médias reside centralmente nas suas próprias ambiguidades. Certamente influíram também outros fatores como a ausência de uma política dirigida aos pequenos proprietários da cidade e do campo (que foram polarizados pelo grande capital) e também dificuldade de travar o debate ideológico com a burguesia que dominava os principais meios de comunicação do país.

A QUESTÃO MILITAR

Foi no terreno militar onde se manifestaram as ilusões mais perigosas e os erros mais profundos da Unidade Popular.

A opção implementada desde o início foi a de apostar no apego à legalidade e no profissionalismo das Forças Armadas. No auge da crise, esta opção foi aprofundada no sentido de introduzir as Forças Armadas no governo, realçando a sua condição de árbitro do processo, com concessões sucessivas aos setores golpistas no intuito de garantir a todo custo a unidade da corporação.

Esta opção permitiu que os golpistas consolidassem passo a passo suas posições nas Forças Armadas. O oficialato constitucionalista foi pressionado por dentro e por fora: o general

legalista Schneider, comandante do Exército, já havia sido assassinado em 1970; o general Pratts, comandante-chefe do Exército, e os generais Pickering e Sepúlveda foram forçados à demissão, após o golpe militar fracassado de 29 de junho de 1973 (apesar de terem sido pontas de contenção do golpe); marinheiros foram torturados e processados por denunciarem articulações golpistas na Marinha nos meses que precederam ao golpe; 60 oficiais e suboficiais foram torturados e processados após o golpe militar vitorioso desferido por Pinochet.

Em seus escritos sobre o problema militar no Chile, carregados com um forte tom autocrítico, Carlos Altamirano realça as várias possibilidades legais não aproveitadas pelo governo Allende para dificultar o caminho do golpe.

Pela Constituição chilena, o presidente podia pedir a reforma do Corpo de Generais, individualmente ou em conjunto, sempre que achasse oportuno. Podia, através de junta de Qualificações, exonerar oficiais superiores. Havia ainda a possibilidade legal de organizar salvaguardas armadas, paralelas às Forças Armadas, fato ocorrido inclusive em anteriores experiências burguesas de governo.

Uma política diversa do governo da Unidade Popular em relação às Forças Armadas – controlando diretamente o seu mecanismo de promoções e subordinando-as mais diretamente ao controle social – aliada à adoção de medidas para armar o povo teriam criado outras condições para a resistência.

A DEFESA DO ESTADO

O arsenal de guerra que o imperialismo e a burguesia chilena colocaram em movimento para massacrar a Unidade Popular

A consciência classista nítida da burguesia em relação ao Estado, a vanguarda da Unidade Popular respondeu com ilusões. Em seu discurso de posse de 5 de novembro de 1970 no Estádio Nacional, Allende diria: “Eu sei que esta palavra Estado infunde certa apreensão. Abusou-se muito dela e, em muitos casos, ela é usada para desprestigiar um sistema social justo.

Não tenham medo da palavra “Estado” porque dentro do Estado, no Governo Popular, estão vocês, estamos todos. Juntos devemos aperfeiçoá-lo para fazê-lo eficiente, moderno, revolucionário, mas, entenda-se bem que eu disse justo e isto é precisamente o que eu quero reafirmar”.

Desde o início, as classes dominantes chilenas adotaram a estratégia de combinar a exigência do estrito cumprimento das leis pela Unidade Popular ao mesmo tempo em que conspiravam por fora do quadro institucional.

Para que o Congresso confirmasse e desse posse a Allende, foi exigida à Unidade Popular que ela cumprisse o “Estatuto de Garantias” que determinava: o respeito ao Estado de direito, aos poderes executivo, judiciário e legislativo sem fazer intervir o “poder popular”; o respeito à autoridade e hierarquia das Forças Armadas; o princípio da inamovibilidade dos funcionários do governo contratados pela Democracia Cristã no período anterior; o compromisso de que maiores mudanças nos meios de comunicação de massa deveriam ser votados pelo Parlamento, onde os partidos burgueses eram majoritários.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado americano, multinacionais como a ITT e setores das Forças Armadas chilenas conspiravam para evitar a posse de Allende. O plano era provocar um colapso econômico – via fuga maciça de capitais e outros esquemas – ou armar uma provocação que justificasse a intervenção das Forças Armadas. As condições, porém, não estavam dadas para o golpe.

O cerco por dentro e por fora da legalidade ao governo Allende foi sendo crescentemente montado até o dia 11 de setembro de 1973.

LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Na medida em que a Unidade Popular controlava o executivo, as classes dominantes chilenas transformaram o Legislativo e o Judiciário em trincheiras de defesa de seus privilégios e pontos de apoio para desestabilizar o governo Allende.

O Chile não era um país de regime parlamentarista. A burguesia chilena, no entanto, utilizando uma interpretação abusiva do texto constitucional, passou a destituir ministros e prefeitos da Unidade Popular. Ao todo foram seis ministros e três prefeitos da UP destituídos.

A maioria parlamentar da DC e PN foi também utilizada para travar a política econômica de Allende: vetos orçamentários e a lei da reforma tributária provocando um déficit crônico do Estado; uma lei regulamentando e restringindo o âmbito das nacionalizações. E para armar a trilha do golpe: com a “lei de controle de armas” e a votação da ilegitimidade do governo às vésperas do golpe.

À medida que iam crescendo os conflitos entre o executivo e o legislativo, instaurou-se uma verdadeira guerra de interpretação constitucional com o papel de árbitro cabendo ao Judiciário. Um dos poderes mais reacionários do Estado, o Judiciário garantiu que a maioria dos processos e pendências importantes fosse julgado contra a Unidade Popular.

BURGUESIA MOBILIZA

Ao mesmo tempo em que a Unidade Popular ia afundando no campo minado da institucionalidade, as classes dominantes chilenas desencadearam um vasto processo de mobilização.

Uma verdadeira “guerra da notícia” foi desencadeada contra o governo Allende. Um estudo sobre a primeira página do principal jornal da direita chilena, El Mercurio, para os meses de setembro de 1971 a abril de 1972 mostra o seguinte quadro: 82 artigos sobre pseudo-ações de extrema-esquerda; 62 acusações de violação da legalidade; 121 sobre a desordem econômica e social; 47 sobre a desordem pública e 10 referências à necessidade de intervenção das Forças Armadas.

Através de uma ampla campanha, os grandes empresários conseguiram constituir uma “frente única de classe”, aglutinando os pequenos e médios empresários na Frente Nacional

da Área Provada (Frenap). No campo, para se proteger do avanço da reforma agrária os latifundiários responderam com a violência, a divisão de suas terras, transferência de gado e desorganização da produção agrícola.

A partir do final de 1971, a burguesia começou a utilizar o seu poder material para estrangular a economia do país: especulação, mercado negro, lock-outs e, o que é mais importante, a cessação dos investimentos. A maré montante do boicote econômico imposto pela burguesia culminou no lock-out nacional de outubro de 1972.

A mobilização dos setores médios pela direita teve início em 1º de dezembro de 1971, com uma manifestação em Santiago convocada por uma entidade conservadora de mulheres. A influência da DC em alguns setores operários seria utilizada até para a realização de uma greve contra o governo da Unidade Popular pelos trabalhadores da mina de El Teniente em maio de 1973, no auge da radicalização da luta de classes.

A direita chilena se organizou também em grupos paramilitares (treinados pela Operação Bandeirantes de São Paulo, na Bolívia) dos quais o mais importante era o “Pátria e Liberdade”, diretamente subsidiado pela CIA, que organizavam atos de sabotagem e ataques às organizações do movimento popular.

PARTIDOS E FORÇAS ARMADAS

O primeiro investimento da burguesia chilena para reorganizar os seus partidos – divididos e em crise em 1970 – foi conquistar a hegemonia dos setores de direita na Democracia Cristã. O controle pleno sobre a DC e a depuração dos setores antigolpistas que havia em seu interior acabou por se dar no primeiro semestre de 1973.

O segundo investimento foi o de estabelecer a unidade entre a DC e o PN, conseguida em julho de 1972 com a formação da Confederação Democrática (CODE).

O verdadeiro pivô da contra-revolução, no entanto, seriam os setores golpistas das Forças Armadas no verdadeiro

“partido burguês” – expressava já a decisão das classes dominantes chilenas de reorganizar profundamente o Estado e as suas instituições em crise, esmagando a Unidade Popular e construindo um novo sistema político de dominação mis centralizado, autoritário e profundamente militarizado.

CRONOLOGIA

1953

Funda-se a Central Única dos Trabalhadores chilenos

1956

Forma-se a Frente de Ação Popular, aliança política entre o PC e o PS que consolida a dinâmica unitária no movimento operário.

1969

Forma-se a Unidade Popular.

1970

04 DE SETEMBRO

Vitória da Unidade Popular, com a candidatura Allende, nas eleições presidenciais: Unidade Popular = 36,2% dos votos; Partido Nacional = 34,8% e Democracia Cristã = 27,8%.

SETEMBRO/OUTUBRO

O imperialismo e setores das Forças Armadas desencadeiam uma operação visando impedir a posse de Allende.

15 DE OUTUBRO

Para cofirmar Allende no Congresso, os partidos burgueses majoritários no Parlamento (UP=57 candidatos e 23 senadores; DC = 55 deputados e 20 senadores; Partido Nacional = 34 deputados e 5 senadores) exigem o reconhecimento do “Estatuto de Garantias”.

5 DE NOVEMBRO

No discurso de posse no Estado Nacional, Allende exalta a especificidade da via chilena para o socialismo “sem a trágica experiência da guerra fratricida”.

1971

É o “ano de ouro” da Unidade Popular; o crescimento de 8,3%

do PIB coincide com ofensiva eleitoral e de mobilização do movimento operário.

4 DE ABRIL DE 1971

Nas eleições municipais, a Unidade Popular obtém 50,2% dos votos, contra 27% conferidos à DC e 20% ao Partido Nacional.

21 DE MAIO

Allende em mensagem ao Congresso Nacional declara que o Chile era a primeira nação da terra que iria dar forma ao segundo modelo de transição para a sociedade socialista”. O primeiro seria o da revolução russa de 1917.

8 DE JUNHO

Assassinato do ex-ministro da DC Perez Zujovic, fornece o pretexto para aproximação entre a DC e o PN. Allende decreta estado de sitio em Santiago.

NOVEMBRO

Fidel Castro visita o Chile

1º DE DEZEMBRO

Manifestação de massas da direita em Santiago, convocada por uma entidade de mulheres burguesas, marca o início da ofensiva da mobilização da contra-revolução.

1972

É um ano de “empate”: o PIB cresce ainda em 5% mas a turbulência econômica já domina o cenário; a direita começa a se unificar e toma iniciativas globais, mas o movimento operário resiste e se radicaliza.

JANEIRO

Primeira aliança eleitoral entre a DC e o PN em dois distritos. No Parlamento, DC e PN destituem o ministro do Interior.

19 DE FEVEREIRO

A DC e o PN aprovam no Parlamento legislação com o objetivo de conter o processo de nacionalização da economia.

MARÇO

Falha nova tentativa de desestabilização organizada pela ITT. O plenário de Algarrobo do PS discute a inevitabilidade de uma confrontação.

MAIO

Eleições para o Conselho Geral da CUT: UP= 66% (PC =

30,89%; PS 26,44%; MAPU= 4,63%; P. Radical = 3,91%); DC = 26,33%; MIR = 1,81%.

JUNHO

Forma-se a Confederação Democrática, organização de frente única da burguesia.

AGOSTO

Nova destituição pelo Parlamento, controlado pela DC e PN, do ministro do Interior.

Greve dos caminhoneiros, organizada e financiada pela direita.

4 DE SETEMBRO

Greve geral de um dia em apoio governo da Unidade Popular.

OUTUBRO

Lock-out generalizado, visando a criar condições para um golpe militar. Durante 26 dias, os trabalhadores chilenos ocupam as fábricas, organizam a distribuição. Formam-se os “cordões industriais” em Santiago, Concepcion e Valparaiso. A crise se conclui através de um acordo entre Allende e a DC, absorvendo a participação de comandantes militares no governo.

DEZEMBRO

Tem início a conspiração de cinco generais, cinco almirantes e cinco brigadeiros que iria culminar no golpe militar de setembro de 1973.

1973

É o ano da contra-revolução: impasse econômico; divisão crescente na direção da Unidade Popular; cerco crescente da direita, que culmina com o massacre da Unidade Popular em setembro.

MARÇO

Eleições para a renovação do Congresso: a Unidade Popular obtém 44% dos votos, frustrando o plano da direita de obter 2/3 das cadeiras e votar a destituição de Allende.

MAIO

A direita golpista consegue o controle total da DC, com a eleição de Patricio Aylwin para sua presidência (por ironia, este é hoje apresentado pela DC como o “candidato único das oposições” contra Pinochet nas próximas eleições chilenas).

30 DE MAIO

O poder judiciário se julga incompetente para arbitrar as disputas entre o executivo e o legislativo.

12 DE JUNHO

O Parlamento aprova a Lei de Controle das Armas. Através dela, as Forças Armadas têm a prerrogativa de invadir sindicatos, sedes de entidades e até lares, desarmando o pouco que havia de capacidade de resistência armada do movimento popular.

29 DE JUNHO

Tentativa “precoce” de golpe da direita: através da intervenção direta e pessoal do general Pratts, comandante-em-chefe das Forças Armadas, renuncia. Em seu lugar, sobe Pinochet, aceito por Allende em função de sua postura aparentemente legalista.

SETEMBRO

A Unidade Popular realiza a sua maior manifestação. Oitocentos mil pessoas em Santiago gritam em coro: “Allende, Allende, o povo te defende” e “criar, criar, criar, o poder popular”. No dia 5, uma carta convocatória assinada pela Assembléia de todas as organizações populares da capital conclama o povo a resistir ao golpe que virá. Mas não há armas, nem planos elaborados.

11 DE SETEMBRO

Ciente da decisão de Allende em anunciar este dia a convocação de um plebiscito sobre a sua permanência no governo. Pinochet antecipa o golpe. Tanques marcham sobre Santiago, a aviação bombardeia os setores onde se concentram os “cordões”. A resistência armada de Allende e um grupo pequeno de companheiros no Palácio de La Moneda, um gesto carregado de sentido moral e heróico, é apenas simbólico. Começava o sangrento massacre do povo chileno.